

# Uma crítica do conceito de sociedade pós-industrial\*

*A review of the concept of post-industrial society*

Fabio Scolari\*\*

## Resumo

O presente artigo apresenta os limites do conceito de sociedade pós-industrial defendido por uma linhagem de pensadores no pós-II Guerra Mundial (1939-1945) que passaram a refletir sobre as evoluções tecnológicas e produtivas no capitalismo moderno. Recorrendo aos escritos de Marx o texto evidencia os equívocos da tese do “fim da indústria” – e seus desdobramentos no fim do trabalho e da história – devido a uma possível substituição do trabalho humano e da exploração do trabalho pela tecnologia, além da desconsideração da reorganização da produção capitalista transnacional e das novas formas de precarização do trabalho, principalmente no setor terciário.

**Palavras-chave:** sociedade pós-industrial – capitalismo – trabalho – tecnologia.

## Abstract

*This article presents the limits of the concept of post-industrial society advocated by a group of thinkers in the post-Second World War (1939-1945) who began to dwell on technological and productive developments in modern capitalism. Resorting to the writings of Marx, the text highlights the inadequacies of the thesis of the “end of industry”, its consequences for the “end of labour” and the “end of history” – due to a possible substitution of human work and labour exploitation by technology – as well as the disregard of the reorganisation of transnational capitalist production and the new forms of labour precarisation, especially in the tertiary sector.*

**Keywords:** Post-industrial society – capitalism – labour – technology.

---

\* Esse texto foi publicado originalmente na revista “Materialismo storico, nº1/2020 (Vol. VIII)” com o título “*Per una critica del concetto di società post-industriale*” disponível em <<https://journals.uniurb.it/index.php/materialismostorico/article/view/2359>>. O texto foi traduzido por Giuseppina Rosaria de Grazia e contou com a revisão final do Thiago Ribeiro. Agradecemos também ao professor João Leonardo Medeiros que ajudou na revisão técnica. Na medida do possível nos referimos às obras citadas por Fabio Scolari em suas versões disponíveis em português. As referências originais encontram-se no final do artigo, no rodapé, identificadas com (\*).

\*\* Professor da Universidade dos Estudos de Milão-Bicocca.

## 1. Revolução industrial, industrialização e sociedade industrial

O debate a respeito dos conceitos de revolução industrial e industrialização sempre foi de grande interesse para os cientistas sociais. As principais questões teóricas tendem a girar em torno de três núcleos temáticos: 1) a localização e o período inicial da revolução industrial; 2) o alcance mais ou menos geral das mudanças desencadeadas por ela; 3) as condições que tornaram possível a decolagem industrial da Inglaterra.

Quanto ao primeiro problema, os historiadores situam o início da revolução industrial na Inglaterra entre os anos de 1750 e 1830. É justamente nesse período que, do outro lado do Canal da Mancha, emerge um processo econômico e social de dimensão global. Este acontecimento, rompendo os antigos equilíbrios sobre os quais repousavam as sociedades tradicionais, determinava o início de uma nova fase da história humana que passaria a ser conhecida com o nome de *sociedade industrial*, expressão introduzida por Carlyle, por volta de 1830 (Carlyle, 1829).

A partir do momento em que os contemporâneos já conseguiam compreender algumas características da nova configuração social, a expressão *revolução industrial* passou a ser utilizada por Engels em 1845, por ocasião da publicação de seu ensaio sobre a condição da classe operária na Inglaterra:

A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão. Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa em seu conjunto – revolução cujo significado histórico só agora começa a ser reconhecido.

A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações (Engels, 2010, p. 45)<sup>1\*</sup>.

Longe de apresentar-se como um fenômeno social repentino e facilmente compreendido, esta transformação colocava desde o início aos estudiosos um outro problema: se esse acontecimento histórico-social deveria ser interpretado como uma ruptura radical com o passado quanto aos modos de produção e às formas de organização social, ou se seria mais correto falar de uma maturação

<sup>1\*</sup> Citado conforme edição brasileira. Para edição utilizada no original, cf. Referências Bibliográficas [N. E.].

sem aparentes rupturas. Neste sentido, as duas principais contribuições de apoio à primeira tese foram certamente as reconstruções históricas propostas por Marx e Polanyi, as quais demonstram várias semelhanças, tanto nas premissas como nas conclusões.

Marx trata a gênese do modo de produção capitalista no capítulo XXIV do primeiro livro do *Capital*, sobre a “chamada acumulação primitiva”. Com o termo acumulação, Marx faz referência à progressiva separação entre os meios de produção e a força de trabalho que resultou na principal característica do capitalismo, ou seja, a contraposição entre os capitalistas, possuidores do capital, que seguirá valorizando-se cada vez mais, e os trabalhadores assalariados, os quais não possuem nada além da própria capacidade de trabalho.

Com o início do processo de industrialização, portanto, rompe-se aquela unidade orgânica com a terra e com os instrumentos de trabalho que caracterizavam a condição do camponês nos modos de produção pré-capitalistas. A partir desse momento puderam apresentar-se no mercado de trabalho como operários “livres”: ao contrário dos servos da gleba, eles podiam obter minimamente um contrato de trabalho. No entanto, tendo sido despojados de qualquer propriedade, passaram a ser obrigados a vender-se no mercado de trabalho para poder receber um salário.

Esta expropriação em prejuízo dos pequenos produtores, longe de ser realizada através de meios pacíficos, seguiu, na história real, os métodos dos conquistadores: através da subjugação, do assassinato e do roubo. Um destino semelhante atingiria simultaneamente também as populações extra europeias, as quais tornavam-se vítimas de formas cada vez mais cruéis do colonialismo e da desorganização das formas de produção comunitárias. “Na realidade” – conclui Marx – “os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (Marx, 2011, p. 786)<sup>2\*</sup>.

Neste ponto, Marx reconstitui a expropriação dos pequenos agricultores com sua expulsão das terras, agora cercadas, e a conseqüente urbanização coercitiva dos camponeses que passaram a constituir os primeiros núcleos do nascente proletariado fabril. Também, com o surgimento do capitalismo no campo, a nova figura do inquilino, a formação do mercado interno a partir da destruição da indústria doméstica, e a divisão das funções entre cidade e campo: a gênese do capitalista industrial. No mesmo sentido, Polanyi, que se ocupa da revolução industrial no terceiro capítulo da *Grande Transformação*, aponta como “no centro da revolução industrial do século dezoito ocorre um aperfeiçoamento quase milagroso dos instrumentos de produção, simultaneamente a um catastrófico desmoronamento da vida das pessoas comuns” (Polanyi, 1974, p. 4).

<sup>2\*</sup> Citado conforme edição brasileira. Para edição utilizada no original, cf. Referências Bibliográficas [N. E.].

Se esta profunda transformação social teve início com o cercamento dos terrenos comuns, que Polanyi descreve nos termos de “uma revolução do rico contra o pobre” (Polanyi, 1974, p. 47), é através da introdução crescente das máquinas para a produção numa sociedade mercantil, que em seguida adquirirá forma a ideia de um mercado autorregulado, instituição que caracterizará a sociedade do século dezenove. A esse propósito, escreve ainda Polanyi:

Mas como poderá ser definida a própria revolução? Qual sua característica fundamental? Seria o surgimento das cidades industriais, a formação das favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento progressivo da população, ou a concentração das indústrias? Nós acreditamos que todos esses elementos eram meramente secundários em relação a uma mudança fundamental: a instituição da economia de mercado, e ainda, a convicção de que a natureza desta instituição não poderia ser plenamente segura sem a averiguação do efeito das máquinas sobre uma sociedade comercial (Polanyi, 1974, p. 54).

Se as reconstruções históricas de Marx e Polanyi permanecem ainda hoje como pontos de partida essenciais para compreender a gênese das sociedades capitalistas industriais, não surpreende o fato de que na pesquisa histórica mais recente:

formaram-se verdadeiras escolas de pensamento que sublinham a importância dessas transformações: a) momento da mudança nas transações econômicas e em parte a constituição de mercados competitivos – escola de mudança social; b) tempo das transformações das empresas, sobretudo em termos dimensionais e organizacionais – escola da organização industrial; c) tempo das modificações das variáveis econômicas agregadas como o rendimento nacional, o montante de investimentos, etc. – escola macro econômica; d) tempo de mudanças nas aplicações tecnológicas e nas modalidades de difusão da nova consciência tecnológica – escola tecnológica. (La Rosa; Rizza; Zurla, 2006, p. 17).

Nesse sentido, em relação ao problema do alcance mais ou menos revolucionário das mudanças ocorridas durante esses oitenta anos, Castronovo oferece uma avaliação definitiva ao notar que:

hoje há uma tendência, embora com diferentes facetas, a aceitar facilmente a noção de ‘revolução industrial’ como irrevogável, e talvez a

maior fratura verificada no curso da história: no mínimo porque a continuidade do processo econômico e o equilíbrio das relações de produção e forças sociais precedentes foram rompidos no decorrer de apenas três gerações, a partir do crescente prevaletimento de uma nova forma econômica, mais ou menos homogênea, porém capaz de dar origem, numa perspectiva histórica, a uma transformação qualitativa de todo o sistema, e portanto, distinguir-se de todas as outras. (Castronovo, 1973, p. 8).

O último ponto a ser considerado refere-se às condições que renderam possível a decolagem industrial, primeiro na Inglaterra e depois nos outros países da Europa ocidental. Nesse sentido, Barrucci propõe a seguinte esquematização: a forte expansão demográfica e o aumento da população urbana determinou um incremento da demanda de produtos agrícolas e um aperfeiçoamento nos métodos produtivos, nos cultivos e explorações agrícolas; a “descoberta” do Novo Mundo deu um impulso explosivo ao desenvolvimento econômico europeu: o colonialismo tornou possível uma grande quantidade de matéria prima, novos produtos e o retorno imponente da exploração da força de trabalho local escravizada, além daquela deportada pelo continente africano; o mercado tornou-se cada vez mais global e a organização corporativa artesanal sempre mais inadequada em relação ao desenvolvimento das forças produtivas e à extensão da demanda; o comerciante transformou-se progressivamente num proprietário de matérias primas, utensílios e locais de trabalho; com o desenvolvimento dos primeiros Estados nacionais, os governos assumiram um papel ativo no comércio e na indústria, enfraquecendo o poder das corporações medievais e dos grandes proprietários de terra; as legislações nacionais dos séculos XVI e XVII, embora de forma não unívoca, foram funcionais à criação de um enorme proletariado urbano que tornou-se disponível à demanda crescente de trabalho que caracterizou o primeiro desenvolvimento da indústria (Barrucci, 2014, p. 29).

No entanto, se numa primeira fase do processo de industrialização, a fábrica representava apenas um meio através do qual seria possível unir num mesmo local os trabalhadores necessários à produção de uma mercadoria (superando o sistema anterior do *putting out*), no século XVII teve início o desenvolvimento do moderno sistema de fábrica, através do qual o trabalho artesanal foi fragmentado e fracionado numa série de operações parciais designadas a diferentes operários. O trabalho individual é transformado num trabalho coletivo de diversos assalariados, em que “o produto final deixa de ser o resultado de um trabalho individual” (Barrucci, 2014, p. 30) e o sistema de produção torna-se cada vez mais indiferente à especialidade individual dos trabalhadores.

Esta conclusão pode ser extraída também da leitura do primeiro livro do *Capital*, no qual uma das principais aquisições marxianas é a de que

os progressos organizativos e os desenvolvimentos tecnológicos colocados pela relação capitalista ao processo produtivo, e particularmente, ao processo de trabalho, devem ser vistos contextualmente, seja como forma para aumentar a produtividade, seja para obter um maior controle sobre a força de trabalho (La Rosa; Rizza; Zurla, 2006, pp. 56-57).

Um objetivo necessário para derrotar o antagonismo operário somente pode ser alcançado “através de uma reestruturação contínua do processo produtivo capaz, se não propriamente de eliminar, pelo menos conter tanto quanto possível os espaços de discricionariedade (*discrezionalità*) dos trabalhadores no desempenho das suas tarefas”. Note-se a este respeito, como uma clara descrição dessas novidades pode ser encontrada, antes que em Marx ou em Polany, na célebre passagem da *Riqueza das Nações*, em que Smith descreve as consequências da divisão técnica do trabalho na fabricação de alfinetes:

Tomemos o exemplo de uma manufatura insignificante, mas na qual a divisão do trabalho tem sido frequentemente notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado nesta atividade e que não soubesse trabalhar com as máquinas nela utilizadas, mal poderia, talvez, ainda que com maior diligência, produzir um alfinete num dia e não seria com certeza capaz de fabricar vinte. Mas, da forma como esta atividade é atualmente levada a cabo, não só o conjunto do trabalho constitui uma arte específica, como na maior parte das fases em que está dividido, contribuem de igual modo ofícios especializados. Um homem puxa o arame, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça-o, um quinto afia o topo para receber a cabeça; o fabrico da cabeça requer duas ou três operações distintas; a sua colocação é um trabalho especializado como o é também o polimento do alfinete; e até mesmo a disposição dos alfinetes no papel é uma arte independente. E a importante atividade de produzir um alfinete é, deste modo, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, em algumas fábricas, são todas executadas por operários diferentes, embora em outras um mesmo homem realize, por vezes duas ou três dentre elas (Smith, 1948, p. 9).

Em *A filosofia das manufaturas*, também Andrew Ure, descreve as características do moderno sistema de fábrica da seguinte forma:

O termo inglês *factory*, sistema (manufatura automática), significa tecnologicamente a cooperação de várias classes de trabalho, adultos

e não adultos que executem com destreza e assiduidade um sistema de mecanismos produtivos, continuamente postos em ação através de uma força central. [...] Mas me parece que este vocábulo, no sentido mais rigoroso, carrega consigo a ideia de um vasto autômato composto por muitos órgãos mecânicos e intelectuais que atuam em conjunto e sem interrupção, para produzir um mesmo objeto, enquanto estão subordinados a uma força motriz que se move por si só (Ure, 1863, pp. 22-23).

Como se pode perceber, Smith parece bem ciente dos danos causados ao trabalhador pelo fracionamento das tarefas (tendência que alcançará seu mais alto grau no taylorismo), a ponto de escrever o seguinte:

Um homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua inteligência ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar as dificuldades que ele não consegue. Ele então perde naturalmente o hábito de exercitar suas faculdades tornando-se, em geral, tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. [...] Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população – a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça (Smith, 1948, p. 712).

Ure, por sua vez, entendia que o moderno sistema fabril seria uma solução capaz de determinar efetivamente a melhoria das condições de trabalho do operário, apesar de afirmar em seguida que:

Quando o capital recruta a ciência a seu serviço, a mão rebelde da indústria [*ou seja, o conflito operário*; N. d. R.] sempre aprende a tornar-se obediente. [...] Os capitalistas procuraram emancipar-se dessa insuportável escravidão, usando os meios da ciência; e logo foram reintegrados em seus legítimos direitos de chefia, enquanto “cabeças” sobre as outras partes do corpo. [...] Dessa forma a horda de descontentes que acreditavam estar entrincheirados de forma invencível atrás das antigas linhas de divisão do trabalho, viu-se atacada pelos flancos e, com seus meios de defesa anulados pela moderna tática dos maquinistas, teve que render-se (Ure, 1863, pp. 98-99).



São considerações, em resumo, que antecipam aquela passagem dos *Elementos Fundamentais da Crítica da Economia Política*, na qual Marx, ao tratar da passagem da subsunção formal àquela real do trabalho sob o capital, observa:

Enquanto continua sendo meio de trabalho no sentido próprio do termo, tal como levado direta e historicamente pelo capital para dentro de seu processo de valorização, o meio de trabalho experimenta unicamente uma mudança formal [...]. Assimilado ao processo de produção do capital, o meio de trabalho passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a máquina ou, melhor dizendo, um sistema automático da maquinaria (sistema da maquinaria; o automático é apenas a sua forma mais adequada, mais aperfeiçoada, e somente o que transforma a própria maquinaria em um sistema), posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se movimenta por si mesma; tal autômato consistindo em numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, de modo que os próprios trabalhadores são definidos somente como membros conscientes dele (Marx, 2011b, p. 580)<sup>3\*</sup>.

Se ainda hoje é difícil obter um consenso unânime sobre quais fatores de mudança social assumiram um papel mais determinante no desencadear da revolução industrial, há – como vimos – uma ampla convergência em torno da ideia de que o processo de industrialização representa um evento social de dimensão global, capaz de subverter cada âmbito da existência humana e da vida a ela associada. Esta posição foi repetida mais recentemente também por Ferrarotti, o qual nunca deixou de afirmar a função revolucionária da sociedade industrial capitalista burguesa em relação à sociedade agrícola tradicional. Nessa forma de sociedade, segundo ele, “o impulso inovador parte dos locais de produção, mas acaba por afetar todo o modo de vida. O processo de industrialização é, com efeito, um processo social global” (Ferrarotti, 2001, p. 14).

A partir dessas reflexões, De Masi também tentou esquematizar, através de uma ampla literatura, as características essenciais da sociedade industrial que, no seu entender, podem ser elencadas em 21 pontos:

– Concentração de grandes massas de trabalhadores assalariados em fábricas e empresas financiadas e organizadas pelos capitalistas, de acordo com o modo de produção industrial; – prevalência numérica dos empregados no setor secundário sobre os do setor primário e terciário; – prevalência da contribuição dada pela indústria à formação

<sup>3\*</sup> Citado conforme edição brasileira. Para edição utilizada no original, cf. Referências Bibliográficas [N. E.].



da renda nacional; – aplicação, na indústria, das descobertas científicas ao processo produtivo; – racionalização progressiva e cientificização da organização do trabalho; – divisão social do trabalho e sua parcelização técnica sempre mais capilar e programada; – separação entre local de vida e local de trabalho, entre sistema familiar e sistema profissional, com progressiva substituição da família nuclear pela família estendida; – progressiva urbanização e escolarização das massas; – redução das desigualdades sociais; – reestruturação dos espaços em função da fabricação e do consumo dos produtos industriais; – maior mobilidade geográfica e social; – aumento da produção de massa e crescimento do consumismo; – fé num progresso irreversível e num crescente bem estar; – difusão da ideia de que a humanidade, em conflito com a natureza, deve conhecê-la e dominá-la; – sincronização humana não mais em função dos tempos e ritmos da natureza, mas em relação àqueles incorporados nas máquinas; – prevalência dos critérios de produtividade e eficiência, entendidos como único procedimento para otimizar os recursos e os fatores de produção; – convicção de que, para atingir os resultados práticos, existe *one best way*: uma e apenas uma forma de intuir, predispor e percorrer; – rastreabilidade de cada produto industrial em seu preciso lugar (a fábrica) e nos tempos precisos (standard/padrão) de produção; – presença conflituosa, dentro das fábricas, de duas partes sociais distintas e contrapostas: empregadores e trabalhadores; – reconhecimento de uma dimensão nacional de vários sistemas industriais; – existência de uma rígida hierarquia entre os vários países, estabelecida com base no produto nacional bruto, na posse das matérias primas e dos meios de produção” (De Masi, 1985, pp. 15-16).

Além deste primeiro conjunto de características, na fase mais madura da sociedade industrial, em torno dos anos setenta do século XX, emergiram três novos fenômenos: uma convergência cada vez maior entre Estados Unidos e União Soviética com relação às características fundamentais da sociedade industrial, apesar das diferenças entre os regimes socioeconômicos; um crescimento das classes médias e das tecnoestruturas a nível empresarial; e, finalmente, uma propagação do consumo de massa e da sociedade de massa. São exatamente estes os elementos que serão então identificados como o prelúdio daquela fase de profunda metamorfose produtiva, organizativa e social que naqueles anos teria levado as sociedades ocidentais à formação pós-industrial.

## 2. O conceito de sociedade pós-industrial

O conceito de sociedade pós-industrial começou a emergir na reflexão sociológica após a Segunda Guerra Mundial, quando diversos estudiosos perceberam a necessidade de compreender o sentido de uma pluralidade de novos fenômenos sociais, transformações produtivas e tecnológicas, afloradas nas estruturas econômicas das sociedades capitalistas avançadas. A primeira teorização desta noção remonta às contribuições pioneiras de Alain Touraine, Daniel Bell e Alvin Toffler. Três livros publicados por estes autores, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, tentaram descrever a formação de um novo tipo de sociedade, na qual eram colocados em discussão os pilares da sociedade industrial entendida em estrito senso.

Touraine publicou *A sociedade pós-industrial* em 1969 após a explosão dos acontecimentos do Maio francês. Sua argumentação, estreitamente entrelaçada com os movimentos sociais (particularmente com aqueles do movimento estudantil), baseava-se substancialmente sobre a tese segundo a qual nas sociedades programadas, denominação preferida por ele ao invés de sociedade pós-industrial:

O crescimento é o resultado de um conjunto de fatores sociais e não apenas da acumulação do capital. O fato mais novo é que nos dias atuais ele depende, muito mais diretamente que antes, do conhecimento, ou seja, da capacidade que a sociedade possui de gerar uma nova criatividade. Seja pelo novo papel desempenhado pela pesquisa científica e técnica, pela formação profissional, pela capacidade de programar as mudanças e controlar as relações entre seus elementos, de administrar as organizações, enfim, pelo papel das relações sociais, ou ainda, por difundir atitudes favoráveis à implementação e transformação de todos os fatores da produção, de todos os campos da vida social – a educação, o consumo, as informações estão sempre mais vinculadas àquelas que poderiam ser chamadas de forças de produção (Touraine, 1969, pp. 7-8).

Por este motivo, “os conflitos que ocorrem nesta sociedade não apresentam a mesma natureza dos que ocorriam na sociedade precedente. Eles opõem em menor medida o capital ao trabalho do que os aparatos de decisão econômica e política àqueles que estão submetidos a uma participação dependente” (Touraine, 1969, p. 12).

Este fato contribuiria sim, segundo o sociólogo francês, para que na sociedade programada, ou pós-industrial, como se queira, a classe operária não fosse mais “um ator privilegiado”. Não porque os operários fossem uma categoria social insignificante, mas sim porque “o exercício do poder capitalista no seio da

indústria não é mais a mola principal do sistema econômico e, portanto, dos conflitos sociais” (Touraine, 1969, p. 20).

A reflexão de Touraine, como se pode perceber, já coloca um primeiro elemento central de descontinuidade: se a sociedade industrial repousava sobre o trabalho produtivo dos operários, a sociedade pós-industrial tem como base, ao contrário, o papel predominante do conhecimento científico. Consequentemente, o centro do conflito se desloca do âmbito da produção para o da contestação de uma forma de participação dependente.

Dadas estas premissas, seria possível também concluir facilmente que, nas sociedades programadas, o conflito social veria cada vez menos classes sociais antagônicas, substituídas por uma pluralidade de sujeitos e de movimentos sociais vinculados a questões específicas. Por estes motivos, concluía Touraine, neste novo tipo de sociedade é mais útil “falar de alienação do que de exploração, uma vez que o primeiro termo define uma relação social e o segundo, enfatiza o aspecto econômico (Touraine, 1969, p. 11).

As teses de Bell, expostas no célebre *The Coming of Post-Industrial Society*, são, ao contrário, fundadas sobre a constatação de um aumento numérico dos trabalhadores vinculados ao setor terciário e de serviços. O estudioso estadunidense entendia que os aspectos fundamentais da sociedade pós-industrial eram substancialmente cinco: 1) a passagem da produção de bens para a economia de serviços; 2) a preeminência da classe dos profissionais e dos técnicos; 3) a centralidade do saber teórico, gerador das inovações e das ideias diretrizes que inspiram a coletividade; 4) a gestão do desenvolvimento técnico e o controle normativo da tecnologia; 5) a criação de uma nova tecnologia intelectual (Bell, 1999, p. 57).

O indicador selecionado pelo sociólogo estadunidense para demonstrar a passagem de uma economia de tipo industrial para outra de tipo pós-industrial é simplesmente atribuído aos deslocamentos ocorridos no setor ocupacional. Esta evolução produziu, a seu ver, uma progressiva modificação na estrutura ocupacional, caracterizada cada vez mais pelo prevalecimento da categoria dos profissionais e dos técnicos; resultado atribuído à centralidade assumida pela inovação e pela prioridade dada aos conhecimentos teóricos.

É por isso que De Masi escreve que a intuição fundamental de Bell reside na certeza de que “a vantagem do setor terciário modifica e supera todos os termos da sociedade industrial, caracterizada pela grande fábrica, pelo ritmo da máquina inscrito na natureza do trabalho, pelas lutas operárias, expressões de um conflito de classe polarizado” (De Masi, 1985, p. 33).

Não é por acaso que Bell tenha definido o ano de 1956 como data de nascimento da sociedade pós-industrial, uma vez que naquele ano, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, os “colarinhos brancos” superaram em número os “macacões azuis”. Para ele, portanto, definitivamente:

Da produção de bens, típica da sociedade industrial, passa-se à produção de serviços, típica da sociedade pós-industrial. Ao setor terciário tradicional junta-se o quaternário (sindicatos, bancos, seguros), e o quinário (serviços saúde, educação, pesquisa científica, o tempo livre, a administração pública). O conhecimento e as novas tecnologias intelectuais, assumem um papel central na sociedade. Enquanto no plano social emerge a necessidade de superar, através da meritocracia, a configuração tradicional das democracias ocidentais, a igualdade de oportunidades, a angústia da família cristã, os grupos de interesse, o egoísmo liberal, o materialismo marxista (Bell, 1999, pp. 33-34).

O terceiro autor a considerar nestas alturas é Alvin Toffler, autor do início dos anos da *Terceira Onda*. A ideia básica de seu texto é a de que a história da humanidade pode ser dividida em três diferentes fases: a agrícola, a industrial e a pós-industrial. A respeito desta última fase histórica, Toffler escreve:

Uma nova civilização está emergindo nas nossas vidas, e a cegueira dos homens está tentando suprimi-la. Esta nova civilização traz consigo novos estilos familiares; diversas formas de trabalhar, de amar e de viver; uma nova economia; novos conflitos políticos; e além de tudo, um novo conhecimento. [...] O amanhecer desta nova civilização é o fato mais explosivo no arco das nossas vidas (Toffler, 1987, p. 11).

As características que denotam essa “nova civilização” nascente são substancialmente duas: o fato de ser extremamente tecnológica e abertamente anti-industrial. Por estes motivos:

A terceira onda traz consigo um modo de vida autenticamente novo, baseado em fontes de energia diversificadas e renováveis; métodos de produção que tornam obsoletas a maior parte das cadeias de montagem das fábricas; novas relações familiares; uma nova instituição que poderia denominar-se *casa eletrônica*; além de escolas e empresas radicalmente diferentes das atuais. A civilização emergente está escrevendo para nós um novo código de comportamento e nos trará, além da standardização, a sincronização e a centralização, além da concentração da energia, do dinheiro e do poder (Toffler, 1987, p. 13).

Ainda para Toffler, as mudanças tecnológicas, culturais e científicas em que as economias capitalistas maduras estavam investindo naquele período foram gradualmente erodindo os princípios sobre os quais a sociedade industrial tinha sido construída (standardização, especialização, sincronização, concentração, maximização e centralização), direcionando-a para uma nova formação social,

não mais dominada pelos imperativos do desenvolvimento econômico a todo custo, do gigantismo industrial e da massificação.

Este tipo de análise encontrou um ulterior aprofundamento no conceito de “ócio criativo” proposto por De Masi. Todo o raciocínio do sociólogo italiano parte da constatação de que a humanidade alcançou um novo tipo de sociedade, na qual grande parte do tempo de vida não é mais dedicado ao trabalho, mas às delícias do tempo livre. Na nova realidade pós-industrial, as atividades humanas mais utilizadas são as intelectuais-criativas, as quais, porém, possuem características opostas, em relação às clássicas atividades manuais-repetitivas da sociedade industrial. Isto significa que:

A principal característica das atividades criativas é a de que pouco ou nada se distinguem do entretenimento e da aprendizagem, tornando-se cada vez mais difícil dissociar estas três dimensões da nossa vida ativa, as quais antes eram totalmente e artificialmente separadas umas das outras (De Masi, 2001, p. 20).

O “Ócio criativo” indica, então, aquelas atividades “em que estudo, trabalho e entretenimento acabam por coincidir cada vez mais”. Esta trajetória não só produz um enriquecimento geral do conteúdo do trabalho, cada vez mais intelectual e criativo, mas determina também uma evolução mais complexa dos ordenamentos sociais. Esta ideia é assim descrita por De Masi:

A sociedade industrial permitiu a milhões de pessoas operarem com o corpo, mas não as deixou livres para se expressarem com a mente. Na cadeia de montagem os operários moviam mãos e pés, mas não usavam a cabeça. A sociedade pós-industrial concede uma nova liberdade: após o corpo, libera a alma (De Masi, 2001, p. 21).

As contribuições do estudioso italiano que atualizam as teses expostas anteriormente por Touraine, Bell e Toffler podem agora ser assim sintetizadas: 1) a humanidade está atravessando uma profunda mudança da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial; 2) nessa transformação, o trabalho repetitivo e mecânico, delegado cada vez mais às máquinas, dá lugar a tarefas tipicamente intelectuais e criativas; 3) neste novo modelo de sociedade, o trabalho irá progressivamente confundir-se com o tempo livre, o lazer e o estudo, perdendo as características desumanizantes e alienantes, típicas da sociedade industrial; 4) porém, se nesta mudança de fase, pudermos nos deparar com resistências de algumas escórias do passado, a culpa será dos hábitos humanos que não aceitariam conformar-se aos novos imperativos da sociedade pós industrial e do ócio criativo.

A partir destes últimos argumentos, o raciocínio de De Masi não poderia alcançar senão esta última exortação: “a missão que está diante de nós consiste em educar a nós mesmos e os outros a operar a fusão do estudo com o trabalho e o lazer, até conseguir fazer do ócio uma arte refinada, uma escolha de vida, uma fonte inexaurível de ideias. Até alcançar um ócio criativo” (De Masi, 2001, p. 286).

Concluindo, as características determinantes da nova sociedade pós-industrial, obtidas por simples oposição às características da sociedade industrial, podem ser elencadas em seis pontos: uma prevalência dos empregados no setor terciário em relação aos trabalhadores da indústria e da agricultura; um declínio dos modelos de vida associados à fábrica e à grande indústria; o surgimento de valores e culturas centradas no tempo livre; um papel central assumido pelo conhecimento teórico, pela programação social, pela pesquisa científica, pela produção de ideias e pela instrução; um declínio da luta de classe polarizada, substituída por uma pluralidade de conflitos e movimentos, inclusive pela presença de novos sujeitos sociais; um prevalecimento de atributos de carácter narcisista que suplantam ou integram os edipianos na estrutura das personalidades individuais (De Masi, 2001, p. 46).

Consideradas em seu conjunto, tanto as teses desenvolvidas por Touraine na França, quanto as produzidas por Bell e Toffler nos Estados Unidos, ou por De Masi na Itália, demonstrariam, definitivamente, não apenas o fim da linha de um modo de organização da sociedade fundado sobre a exploração do trabalho, mas também o advento de uma nova forma de sociedade ou civilização baseada na abundância do tempo livre, no trabalho prevalentemente criativo e no qual as características despóticas da sociedade industrial teriam desaparecido, no máximo substituídas por uma participação mais flexível dos trabalhadores. Só neste ponto é possível compreender as razões pelas quais as análises dos teóricos pós-industriais constituíram o ponto de partida de uma pluralidade de sucessivas teorias sociais, que progressivamente passam a celebrar primeiro o desaparecimento do proletariado, depois o fim do trabalho, e finalmente o fim da história.

### **3. Uma crítica das teses pós-industriais**

Nas ciências sociais, quando se busca individualizar tendências evolutivas de longo período na dinâmica social, há sempre o risco de absolutizar alguns aspectos e omitir outros. É o caso dos teóricos do pós-industrial, e por este motivo, é importante compreender se as evidências empíricas apontadas como características essenciais da sociedade pós-industrial são, definitivamente, argumentos tão sólidos a ponto de poder fundamentar a hipótese de que a humanidade teria, enfim, alcançado uma nova fase de seu desenvolvimento histórico.

De acordo com essa linha de análise, com a diminuição da exploração econômica dos trabalhadores, hipoteticamente substituída pela centralidade da

pesquisa científica, não só desapareceriam as diversas patologias da sociedade industrial, como também estariam dadas as condições de um conflito social sem classes sociais. Entretanto, seria realista afirmar que a fase de intenso desenvolvimento tecnológico, iniciada nos anos 60 do século XX, e que hoje atinge seu ápice com os programas da Indústria 4.0, teria determinado o fim da exploração dos trabalhadores e, portanto, teria admitido uma falsificação da teoria do valor?

Independente da divergência simplista colocada por Touraine entre exploração econômica e alienação, Marx explicou muitas vezes que, quanto mais o processo de acumulação capitalista se reproduz em larga escala, o sujeito da produção, sobre o qual se efetua a exploração, não é apenas o trabalhador individual, mas uma força de trabalho social, combinada e coletiva, que abarca do último jornaleiro até o principal dirigente.

Por este motivo, é absolutamente irrelevante se a tarefa específica realizada pelo assalariado individual esteja mais ou menos distante do simples trabalho manual. Defender a tese, por si só absolutamente correta, de que o capitalismo atravessou em sua história diversas fases de inovação tecnológica, significa simplesmente admitir que este trabalhador encontra no vértice do comando, cada vez mais, pessoas às quais são atribuídas tarefas mais intelectuais e qualificadas.

A noção de exploração não está de forma nenhuma vinculada a elementos morais, mas se refere à diferença entre o que o capitalista paga como salário, e o valor apropriado por ele ao explorar os trabalhadores. A qualidade do trabalho humano, ao contrário do que defendem as teses pós-industriais, é enormemente exaltada pelos modelos de acumulação flexível do capitalismo contemporâneo, a partir do momento em que o caráter global da produção de mercadorias submeteu o mundo inteiro à sua lógica. Meriggi chega a uma conclusão análoga quando afirma que:

A automação presente em muitos setores industriais inovadores reduz quantitativamente os postos de trabalho, mas também cria funções técnicas exercidas por operários com atribuições complexas de controle e verificação de processos que podem, inclusive, ser economicamente bem recompensados. Não se pode falar de superação do taylorismo em todos os setores, mas certamente – pensando na indústria automobilística, como a Toyota ou a FCA – a subordinação do trabalho ao maquinário da linha de montagem é substituída, de acordo com os métodos desenvolvidos pelos administradores japoneses, pelo *just in time* e pela flexibilidade das tarefas, com um apelo constante à intervenção dos trabalhadores no cumprimento da “filosofia” da empresa. Em suma, mais conhecimentos técnicos, mais ações dos operários e assalariados para tornar o processo de produção mais fluido e sem desperdício (Meriggi, 2019, p. 15).



Por este motivo, parece correto afirmar que:

Nestes setores avançados, a distinção entre categorias é menos clara do que na fábrica fordista, porém podemos também interpretá-la como generalização da condição operária – enquanto trabalho humano submetido a um comando – como previsto por Marx nos textos preparatórios ao *Capital*, no *Grundrisse (Linhas fundamentais da crítica da economia política – 1857-58)*: colocando o trabalho do intelecto como fator produtivo (Meriggi, 2019, p. 15).

Esta evidência, porém, não deve levar ao esquecimento de um outro aspecto: o de que na base das novas fileiras produtivas transnacionais, continuam subsistindo formas brutais de exploração da força de trabalho. Tome-se como exemplo a Apple, multinacional estadunidense que, se por um lado fez das inovações tecnológicas e da pesquisa científica sua própria marca, por outro lado perseguiu uma política de forte externalização/realocação de cada fase produtiva. Avançando nos diversos níveis de sua cadeia de valores, é fácil entender como toda a atividade de montagem de seus produtos de alto conteúdo tecnológico, foi confiada a uma empresa terceirizada: a Foxconn, com sede em Taiwan, mas com estabelecimentos espalhados em diversas partes do mundo. A realidade do trabalho no interior desta empresa é descrita por Ngai, Chan e Selden com estas palavras:

Os trabalhadores da Foxconn são submetidos a uma disciplina excepcionalmente pesada e condições de trabalho estressantes, dentro de um mercado fortemente competitivo. Tínhamos a desconfiança de que este específico contexto de trabalho explicava o motivo pelo qual mais de uma dúzia jovens trabalhadores tiraram a própria vida na primavera de 2010. Temos defendido que a opção de se atirarem do alto do edifício do dormitório foi um gesto de frustração, desespero e desobediência (Ngai; Chan; Selden, 3015, p. 26).

Um outro exemplo nesse sentido que demonstra a sólida correlação entre empresas altamente inovadoras e condições de trabalho “industriais” é o da *Sharing Economy*, da qual a Uber é apenas a marca mais notável. Estas empresas digitais transnacionais, se por um lado produzem um volume de negócios impressionante, por outro lado recusam-se a reconhecer os direitos trabalhistas dos seus subordinados.

Este mecanismo gera formas paradoxais de exploração, e ao mesmo tempo permite a essas plataformas não reconhecer nenhum direito aos seus próprios trabalhadores (férias, licenças em caso de doenças ou infortúnios), e somente

agora protestos globais começam a questionar o retorno em larga escala desse antigo modo de trabalho por peça em larga escala, disfarçado de falsas colaborações ocasionais. Antunes tem razão, portanto quando ele aponta como:

A emergência de uma nova classe de trabalhadores assalariados, instruídos no campo das novas tecnologias, tem como base a crescente invisibilidade dos trabalhadores empregados em setores e ambientes que vão do call center e telemarketing aos albergues e empresas de limpeza, até às vendas no varejo, fast food e serviços de cuidados pessoais. A grande maioria destes trabalhos são, de uma forma ou outra, precarizados: empregos sazonais, a tempo parcial, temporários, informais ou freelance, com pouca ou nenhuma segurança e benefícios integrativos (Antunes, 2019, pp. 191-192).

A ideia segundo a qual só a sociedade industrial utilizaria o trabalho produtivo e a exploração econômica da classe operária na verdade demonstra ser muito frágil frente aos fatos. A própria noção de “trabalho produtivo” é utilizada por Marx não apenas em relação ao trabalho operário na fábrica, mas em sentido extensivo, de modo a incluir também profissionais do setor terciário. No Capítulo VI, inédito, Marx escreve:

Um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser, portanto, produtivo e improdutivo.

Milton – sirva-nos de exemplo – que escreveu o *Paraíso Perdido* (*who did the Paradise Lost*), era um trabalhador improdutivo. Pelo contrário, o escritor que proporciona trabalho como de fábrica a seu livreiro, é trabalhador produtivo. [...] O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser trabalhador produtivo, porquanto sua produção está subsumida ao capital, e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende o seu canto, é um trabalhador produtivo, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros pra valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário (*entrepreneur*) da instituição que trafica com o conhecimento (*knowledge mongering institution*), é trabalhador produtivo (Marx, 1978, p. 76).

Isto significa que:

O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaitaria (*gardening, tailoring*), etc., pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman*) a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador *produtivo*, e noutro, de *improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não (Marx, 1978, p. 76).

A sociedade capitalista enquanto tal está alicerçada sobre o trabalho produtivo e, portanto, sobre a exploração de uma parte da sociedade. E esta constatação encontra seu sólido fundamento desde que o Estado nacional seja superado como unidade de análise, assim como os países do hemisfério ocidental, em favor de uma visão global dos processos econômicos e políticos. E que se adote uma ampla noção de trabalho produtivo, bem como de classe trabalhadora, de modo a incluir todos os assalariados (produtivos e improdutivos), assim como os pretensos trabalhadores autônomos.

É possível a este ponto compreender melhor a segunda importante tese dos teóricos da sociedade pós-industrial, segundo a qual, o aumento dos trabalhadores no setor de serviços produz inevitavelmente o declínio dos termos sobre os quais a sociedade industrial foi fundada e, conseqüentemente, as razões para um conflito de classes polarizado.

A este respeito, tomemos como exemplo uma atividade chave no setor dos serviços: a dos restaurantes. O marco mais famoso em nível planetário é sem dúvida o Mc Donald's. Ritzer, que há décadas estuda o mundo dos fast food, argumenta que esta empresa se tornou "o paradigma do processo de racionalização". O que significa que os princípios de organização na base da indústria dos fast-food (ele usa esse termo não por acaso) resultaram de uma pluralidade de instituições como escolas, universidades e até igrejas. É o caso, então, de perguntar: quais são os princípios sobre os quais se funda o sucesso internacional de Mc Donald's? As razões indicadas pelo sociólogo estadunidense são cinco: 1) a eficiência; 2) o cálculo: a quantidade ao invés da qualidade; 3) a previsibilidade dos ambientes, do comportamento, e dos produtos; 4) o controle exercido pelas máquinas sobre os trabalhadores e clientes; 5) uma racionalidade que, definitivamente, se demonstra irracional no momento em que se valorizam indicadores qualitativos do serviço ofertado.

As conclusões propostas por Ritzer são as seguintes:

Comer nos fast-food, certamente não é uma experiência mágica, como não é engolir o próprio alimento no automóvel. Também não é o modo como aquele alimento é preparado. Todo o processo, produz,

portanto, desencanto. Comer nos fast-food e viver numa sociedade “McDonaldizada” comporta, ademais, grandes riscos para a saúde. [...] A indústria dos fast-food não se limita a poluir o planeta espalhando todas aquelas embalagens que as pessoas costumam jogar na rua, que danificam o meio ambiente. [...] Concluindo, todo o sistema é desumanizante: trabalhar num fast-food, forçados a seguir um roteiro estabelecido por outros, sem poder expressar-se livremente; comer ali, sem poder desfrutar em paz o próprio alimento, obrigados a engolir a comida em poucos minutos, ou, pior ainda, ter que comer no próprio automóvel (Ritzer, 2017, pp. 27-29).

Certamente um teórico pós-industrial poderia ver nestas críticas os resquícios de comportamentos herdados do mundo industrial. É difícil, porém, rotular como elemento arcaico uma indústria de serviços como a dos fast-food, a qual, não apenas emprega centenas de milhares de pessoas, mais ou menos jovens, no mundo inteiro, e que demonstra uma vitalidade inesperada na aurora da era digital, numa sociedade que gostaria de ser definitivamente pós-industrial.

Outro aspecto raramente abordado pelos teóricos pós-industriais é o relacionado às razões que explicam o crescimento maciço do setor de serviços e de seus adeptos nas economias capitalistas avançadas. Eles podem ser sintetizados da seguinte forma:

- 1) muitas fases dos processos produtivos, antes no interior das grandes indústrias, foram ao longo do tempo externalizadas, e na classificação setorial foram classificadas como serviços às empresas;
- 2) diversos serviços que antes eram administrados diretamente pelas indústrias de manufatura, agora são confiados a empresas especializadas. O caso mais notório é o de serviços de limpeza, segurança e logística;
- 3) nos países ocidentais, os processos do setor manufatureiro têm se concentrado cada vez mais nas fases de maior valor agregado e alto conteúdo tecnológico, deslocando as fases de menor intensidade tecnológica;
- 4) paralelamente a essas tendências, a necessidade de investir em serviços de pesquisa e desenvolvimento foi implementada cada vez mais;
- 5) a crescente informatização da produção levou a um notável aumento dos serviços de informática;
- 6) o aumento do comércio mundial e a reestruturação da produção numa escala transnacional aumentou a centralidade dos serviços de armazenamento, movimentações e transporte das mercadorias e produtos intermediários.

Como é fácil perceber, se por um lado a concorrência nestas tendências reduziu, pelo menos nos países do chamado Primeiro Mundo, a incidência do setor secundário, por outro lado não apenas não provocou o desaparecimento da

indústria em seu sentido estrito, como produziu uma “terceirização do setor manufatureiro”<sup>4</sup>.

No âmbito marxista, pode-se recorrer à intuição de Braverman, segundo a qual as atividades de serviços tornam-se interessantes para o capitalista apenas quando ele começa:

A contratar pessoas no âmbito dos serviços como atividade geradora de lucro, como parte de seus negócios, como forma do modo de produção capitalista. [...] Deste modo começou a mudar a postura do capitalista frente ao trabalho de serviços: mudança que pode ser percebida seja nas maciças especulações do referido setor, seja na vertente ideológica com a mudança na consideração desse tipo de trabalho por parte dos economistas. Os empregos nos serviços, portanto, representaram uma enorme quota na divisão social do trabalho em todo período capitalista; mas apenas recentemente tornaram-se parte produtiva e geradora de lucros (Braverman, 1978, pp. 363-364).

Este ponto de vista do sociólogo estadunidense vai de encontro ao já escrito por Marx no Livro II do *Capital* a propósito da indústria dos transportes. No capítulo 5 [*Capítulo 6* na edição brasileira utilizada. N. E.], tratando do tema sobre o tempo de circulação do capital, Marx demonstra como os custos na esfera da circulação poderiam ser agrupados em três tipos: circulação, conservação e transporte. Apenas este último, porém, poderia acrescentar valor às mercadorias transportadas, fazendo com que o trabalho imaterial despendido neste âmbito fosse diretamente produtivo. A partir do momento em que o valor de uso de um bem é implementado apenas em seu consumo, para tornar esse resultado possível, pode ser necessário o deslocamento de uma mercadoria de um lugar para outro. É justamente esta produção imaterial (o serviço de transporte) o produto específico da indústria dos transportes. Por esta razão, Marx podia especificar que ela:

Adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. [...] A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação (Marx, 2014, pp. 229 e 231).

<sup>4</sup> Para aprofundar este tema: Clash City Workers (2014), pp. 20-36.

A partir destas premissas, pode-se facilmente compreender porque as atividades laborativas exercidas no interior do setor terciário não poderiam deixar de sofrer um processo de racionalização análogo àquele já exercido pelo trabalho industrial. Sobre este ponto, Basso é claríssimo quando afirma que:

Os ‘serviços’ do transporte, principalmente os do transporte de mercadorias e da mercadoria força de trabalho (em treinamento ou em atividade), a serviço das telecomunicações, do comércio (de mercadorias ou qualquer outro caso), dos serviços de manutenção e conserto das máquinas-mercadorias, da escola de massas (instrução, formação e disciplinamento dos candidatos a assalariados), dos hospitais (consertos, recuperação das capacidades de trabalho deterioradas), são todos serviços em prol da acumulação de capital e reprodução das relações sociais (mercantis). Se essas obviedades fossem mantidas em mente, não nos deveria surpreender o fato de ver os modelos de organização do trabalho, as tecnologias e os tempos de trabalho, passarem quase sistematicamente da indústria para os inúmeros ramos denominados terciários, e não o contrário (Basso, 2011, p. 155).

Ao contrário das teses defendidas pelos teóricos pós-industriais, por cerca de quatro décadas há, portanto, um crescimento monumental de um segmento particular da classe trabalhadora, que pode ser denominado como “novo proletariado não-industrial de serviços” (Antunes, 2016, p. 17). No interior deste segmento, um lugar de suma importância é ocupado pelos assalariados dos *call centers*, do *telemarketing* e das indústrias de tecnologia da comunicação e das informações. Esses trabalhadores, longe de verificarem um aumento de autonomia no desenvolvimento de suas funções, tornam-se cada vez mais próximos da condição dos “cibertários” ou “infoproletários” modernos, como demonstram as pesquisas de Huws, Antunes e Braga (Huws, 2009, p. 37; Antunes; Braga, 2009).

Nestas alturas, desmorona definitivamente o corolário derivado das posições precedentes: o de que a prevalência dos trabalhadores no setor de serviços, gerando o declínio dos princípios sobre os quais foi fundada a sociedade industrial, abriria as portas a uma vida plena de sentido dentro e fora do trabalho, e caracterizado por margens crescentes de autonomia, liberdade pessoal e tempo livre, como pressuposto no conceito de Ócio Criativo.

Se ninguém lamenta a extrema parcialização das tarefas imposta pelo taylorismo, torna-se, porém, difícil perceber nas novas formas de organização do trabalho um tombamento radical dos princípios da organização científica do trabalho. Em certo sentido, o ohnismo, tão elogiado nas últimas décadas, nunca quis representar, mesmo nas intenções de seu primeiro teórico, um modelo alternativo à racionalidade capitalista. Na verdade, de alguma forma, o modelo

toyotista leva às últimas consequências algumas premissas (como a compressão de todos os custos supérfluos) já presentes nas considerações de Taylor.

Certamente a estrutura das empresas capitalistas sofreu substanciais modificações, mas mesmo nessa perspectiva a transformação respondeu muito mais às exigências do capital no sentido de disciplinar e atomizar a classe trabalhadora, do que às aspirações de libertar o trabalho assalariado dos seus traços alienantes e desumanizantes. Esta realidade é facilmente comprovada no plano jurídico, uma vez que as demandas das associações patronais no mundo todo foram obstinadamente orientadas a solicitar aos governos nacionais reformas dos direitos do trabalho a fim de superar a suposta rigidez imposta à livre utilização da mão de obra. Nesta matéria, o ataque à classe foi extremamente profundo pelo fato de que:

Os trabalhos flexíveis são vistos como favor, porque também contribuem para a fragmentação da classe trabalhadora e de suas formas associativas. Quando debaixo do mesmo teto centenas de pessoas trabalham durante anos, empregados pela mesma empresa – turnover fisiológico à parte – é muito provável que mais cedo ou mais tarde se deem conta de ter interesses comuns; se abram a formas de relações mútuas e solidariedade; descubram que, caso se unam, poderiam obter da empresa melhores salários e condições de trabalho. [...] Ao contrário, se as pessoas que trabalham sob o mesmo teto, mesmo que em grande número, são continuamente deslocadas, já que a maior parte delas são *part timers*, ou temporárias, e contratadas por 15 empresas diferentes, graças à cadeia de sub-contratos terceirizados, a possibilidade de se organizarem ou se filiarem a um sindicato torna-se muito mais difícil (Gallino, 2001, pp. 15-16).

Apesar das especulações intelectuais a respeito do Ócio Criativo, na realidade parece termos atingido hoje a era da precarização e do desemprego estrutural para números crescentes de assalariados nos países ocidentais empregados nos setores secundários e terciários. No célebre panfleto *O Direito ao Ócio* de Paul Lafargue, ao contrário de De Masi, ele havia compreendido muito bem que o direito à preguiça poderia tornar-se complementar ao trabalho, apenas quando esta última atividade tivesse perdido a própria dimensão estranhada e alienada. Não por acaso, ele colocava como pré-condição uma limitação da jornada de trabalho a apenas três horas de trabalho por dia, iniciativa que, se fosse aplicada, levaria necessariamente à superação da sociedade capitalista. É por este motivo que hoje:

A luta imediata pela redução da jornada de trabalho e a luta pelo em-



prego, em vez de serem excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho – ambos, portanto, fora do *controle e comando opressivo* do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação (Antunes, 2016, p. 199).

#### 4. Conclusões

As teses que reconstruímos partem da necessidade de uma reformulação geral dos termos em que a precedente sociedade industrial foi fundada. Nesse sentido, o problema a partir do qual partem estas diversas contribuições teóricas não deve ser ignorado. Todavia, elas demonstraram não serem tão sólidas como seus autores pensavam. Em detrimento do otimismo consciente ou inconsciente que caracterizava esta linha de análise, hoje a humanidade parece ter mergulhado num turbilhão de pessimismo generalizado, cuja data de início coincide com a crise desencadeada pela falência do banco norte-americano Lehman Brothers. Obviamente, o início de uma profunda crise sistêmica dos mecanismos de acumulação capitalista não é um evento para se alegrar.

Essa situação permite, pelo menos, retomar a discussão a respeito das possíveis alternativas à dominação incontestável do mercado e da produção de mercadorias. Entre outras coisas, as profundas mudanças a que se fez referência várias vezes, atestam:

No *mercado mundial* desenvolveu-se em tal nível o *nexo do indivíduo singular* com todos, mas ao mesmo tempo também a *independência desse nexo em relação aos próprios indivíduos singulares*, que sua formação já contém simultaneamente a condição de transição para fora dele mesmo (Marx, 2011b, p. 109).

Esta é a aposta mais importante no que diz respeito ao futuro. Porque, como lembrava Engels:

Ao adonar-se de todos os meios de produção visando utilizá-los socialmente de modo planejado, a sociedade aniquila a anterior escravização dos seres humanos pelos seus próprios meios de produção. A totalidade {da sociedade} obviamente não consegue se libertar sem que cada indivíduo se liberte. O antigo modo de produção precisa, portanto, ser revolucionado desde a base e, principalmente, a antiga

divisão do trabalho tem de desaparecer. Ela deve ser substituída por uma organização da produção em que, por um lado, nenhum indivíduo possa transferir para outros a parcela que lhe corresponde no trabalho produtivo, nessa condição natural da existência humana, e, por outro lado, o trabalho produtivo, em vez de ser um meio de escravização, torne-se um meio de libertação dos seres humanos, proporcionando a cada indivíduo a oportunidade de formar plenamente e utilizar em todos os sentidos todas as suas capacidades, tanto físicas como intelectuais, de modo que o trabalho, no lugar de ser uma carga, se torne um prazer (Engels, 2015, p. 328).

### Referências

- ADDUCCI, Matilde; CERIMELE, Michela (ed.). *Socialist register italia antologia 2001 – 2008*. Milano: Edizioni Punto Rosso, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Il lavoro e i suoi sensi affermazione e negazione del mondo del lavoro*. Milano: Edizioni Punto Rosso, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Addio al lavoro? Le metamorfosi e la centralità del lavoro*. Trieste: Asterios, 2019.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários: Degradação Real do Trabalho Virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARRUCI, Paolo. *Le divisioni del lavoro sociale: dagli spilli di Smith alle catene transnazionali del valore*. Milano: Franco Angeli, 2014.
- BASSO, Pietro. *Tempi moderni, orari antichi: l'orario di lavoro a fine secolo*. Milano: Franco Angeli, 2011.
- BRAVERMAN, Harry. *Lavoro e capitale monopolistico la degradazione del lavoro nel XX secolo*. Torino: Einaudi, 1978.
- CARLYLE, Thomas. "Signs of the Times", *Edinburgh Review*. June, 1829.
- CASTRONOVO, Valerio. *La rivoluzione industriale*. Firenze: Sansoni, 1973.
- CLASH CITY WORKERS. *Dove sono i nostri lavoro, classe e movimenti nell'Italia della crisi*. Firenze: La casa Usher, 2014.
- DE MASI, Domenico (ed.). *L'avvento del post-industriale*. Milano: Franco Angeli, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Ozio creativo*. Milano: Rizzoli, 2002.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.<sup>5\*</sup>
- \_\_\_\_\_. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.<sup>6\*</sup>

<sup>5\*</sup> [Edição italiana:] ENGELS, Friedrich. *Antidürring*. Roma: Editori Riuniti, 1971.

<sup>6\*</sup> [Edição italiana:] ENGELS, Friedrich. *La situazione della classe operaia in Inghilterra*. Milano: Edizioni Lotta Comunista, 2015.

- FERRAROTTI, Franco. *Manuale di Sociologia*. Roma/Bari: Laterza, 2001.
- GALLINO, Luciano. *Il costo umano della flessibilità*. Roma/Bari: Laterza, 2001.
- LA ROSA, Michele; RIZZA, Roberto; ZURLA, Paolo. *Lavoro e società industriale da Adam Smith a Karl Polanyi*. Milano: Franco Angeli, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital, Livro I, Capítulo IV (Inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.<sup>7\*</sup>
- \_\_\_\_\_. *O capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2011.<sup>8\*</sup>
- \_\_\_\_\_. *O capital. Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011b.<sup>9\*</sup>
- MERIGGI, Maria Grazia. “La classe operaia è tramontata”, *Oltre il capitale*. II, n° 1, 2019.
- POLANYI, Karl. *La grande trasformazione le origini economiche e politiche della nostra epoca* Torino: Einaudi, 1974.
- PUN, Ngai; CHAN, Jenny; SELDEN, Mark. *Morire per un iPhone*. Milano: Jaca Book, 2015.
- RITZER, George. *La McDonaldizzazione della produzione*. Roma: Castelvecchi, 2017.
- SMITH, Adam. *Ricerca sopra la natura e le cause della ricchezza delle nazioni*. Torino: UTET, 1948.
- ALVIN, Toffler. *La terza ondata il tramonto dell'era industriale e la nascita di una nuova civiltà*. Milano: Splering & Kupfer, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. *La società post-industriale*. Bologna: il Mulino, 1969.
- URE, Andrew. *La filosofia delle manifatture*. Torino: Biblioteca dell'Economista, 1863.

Recebido em 5 de março de 2021

Aprovado em 27 de abril de 2021

<sup>7\*</sup> [Edição italiana:] MARX, Karl. *Il Capitale libro primo capitolo VI inedito*. Roma: Newton Compton Editori, 1976.

<sup>8\*</sup> [Edição italiana:] MARX, Karl. *Il Capitale libro I*. Roma: Editori Riuniti, 1977.

<sup>9\*</sup> [Edição italiana:] MARX, Karl. *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia politica*. Firenze: La Nuova Italia, 1978.